

## EDITORIAL

Economia do conhecimento, sociedade do conhecimento, neoliberalismo, capitalismo acadêmico são temas recorrentes e interligados na maioria dos textos críticos sobre universidade, ensino superior, avaliação e políticas de ciência e tecnologia. No fundo, o que está em questão não é só o mundo acadêmico, mas a própria sociedade atual. Nem se trata de questão local ou regional, pois espalha-se, de modo diferenciado, por todo o planeta. Isso sugere que o conhecimento produtivo ganhou ultimamente uma dimensão de enorme importância para a competitividade das empresas e dos países em geral. A hegemonia é do conhecimento pretensamente neutro, isento de juízos de valor, despreocupado com as necessidades e urgências mais amplas da sociedade e com políticas voltadas à construção de sociedades mais democráticas e igualitárias. O primeiro conjunto de textos aborda essa temática. **Almerindo Janela Afonso** destaca em seu artigo a “supremacia do econômico e a obsessão da competitividade” com base no conhecimento agora tomado como capital. Trata-se, diz ele, de um “conhecimento *útil* que possa alimentar o chamado *capitalismo acadêmico*, e não um conhecimento como fim em si mesmo ou que tenha objetivos emancipatórios”. Mesmo assim, o autor não assume uma perspectiva pessimista com relação à profissão docente (no futuro da chamada sociedade do conhecimento). A profissão docente deverá passar por mudanças profundas, “mas sobreviverá com novas configurações que lhe permitirão continuar a ser indispensável no futuro, numa sociedade e economia do conhecimento mais justas e igualitárias.” **Renato Dagnino**, com todas as tintas, critica o que chama de “disfuncionalidade” da universidade – a qual já não seria útil, por razões diferentes, nem para a “esquerda”, nem para a “direita”. Questiona a ideia hegemônica segundo a qual “vivemos hoje numa economia ou numa sociedade baseada no conhecimento, que seria a base para muitas se não para todas as decisões humanas e um ativo essencial para indivíduos e organizações de qualquer natureza”. Argumenta em seu questionamento, entre outras coisas, que esse conhecimento não é neutro e universal, teria que envolver procedimentos de alta intensidade cognitiva e deveria ser de todos. Conclui apontando a enorme necessidade de que sejam refeitos os critérios e procedimentos de avaliação que orientam a comunidade acadêmica. **Rafael Dias** e **Milena Serafim** também oferecem insumos importantes para a com-

preensão desse universo da universidade, conhecimento, tecnociência etc, discutindo “três movimentos por meio dos quais o neoliberalismo tem penetrado no ambiente acadêmico: o capitalismo acadêmico, o inovacionismo e o produtivismo”. Os autores consideram que “esses processos são também motores da mudança, que reforçam e naturalizam valores e práticas atreladas ao projeto neoliberal na universidade”. Mas alertam que há uma adesão aberta, ou mesmo silenciosa, a esse projeto neoliberal no meio acadêmico: “quem cotidianamente reproduz os padrões da CAPES ou do CNPq se não os próprios docentes e pesquisadores? Gerar algum nível de mudança, portanto, compete, sobretudo, aos próprios pesquisadores”. Concluem: “O que está em disputa, afinal, é o modelo de universidade – e de sociedade – que desejamos. A perseverança do neoliberalismo e seus desdobramentos no ambiente acadêmico, para nós, impede que as universidades sejam mais que fábricas de diplomas, de *papers* e de patentes”. Seguem-se textos que abordam várias outras questões específicas e mais diretamente vinculadas a temas do ofício profissional nas instituições de educação superior. **Adílio Renê Almeida Miranda, Mônica Carvalho Alves Cappelle, Flávia Luciana Naves Mafra e Lílian Barros Moreira** buscam “compreender como a socialização, principalmente, a organizacional, atua na dinâmica identitária de professoras que assumiram/assumem cargos gerenciais em uma universidade pública”. Segundo os autores “as experiências e as memórias resgatadas desde a infância, assim como os processos de socialização, contribuem para a compreensão da dinâmica identitária delas. Verificou-se que alguns traços adquiridos e comportamentos aprendidos no espaço familiar ainda perduram no cotidiano de algumas. Para outras, as conquistas ao longo da vida e, principalmente, as atuais na esfera profissional, ganham sentido de superação de vivências do passado e de identidades ligadas a elas”. **Mário Luiz Ferrari Nunes e Marcos Garcia Neira** “analisam como práticas avaliativas presentes em uma IES privada subjetivam sujeitos em meio à cultura empresarial mediante alusões à eficiência, flexibilidade e mérito” e isso estaria contribuindo para a consolidação da ideologia neoliberal. **Maclovio Corrêa da Silva e Silvania Sousa Nascimento** analisam 17 trabalhos a respeito de Educação Ambiental apresentados na UFMG entre 1998 e 2011. Dentre os resultados encontrados, salientam a presença de diferentes enfoques de abordagem do tema e a distribuição restrita a poucas disciplinas. **Leila Pacheco Ferreira Cavalcante e Maria Aparecida Mello** trabalham o tema da avaliação da aprendizagem no ensino de graduação em saúde. Questionam, dentre outras coisas, a pertinência dos instrumentos utilizados, as insuficiências na formação do docente e as precárias condições objetivas para as

práticas pedagógicas. **Claisy Maria Marinho-Araújo e Mauro Luiz Rabelo** discutem referenciais utilizados na compreensão do conceito de competência. A discussão tem o propósito de “fundamentar procedimentos em avaliação e indicadores, ações e estratégias que promovam escolhas mais favoráveis à formação educacional e profissional com base em competências.” **Heloísa Poltronieri e Adolfo Iganacio Calderón** analisam a produção científica, a respeito da aprendizagem na educação superior, divulgada na Revista Estudos em Avaliação Educacional, em um período de 20 anos. Dentre as tendências temáticas mais recorrentes nesse periódico, destacam-se vestibular, práticas avaliativas, teoria da avaliação, avaliação da aprendizagem e diversidade cultural. **Wagner Bandeira Andriola e Karla Roberta Brandão de Oliveira** tratam da trajetória da avaliação institucional da UFC, ao longo de quase 60 anos, desde seus momentos iniciais até o momento. **Mirian L. Gonçalves e Elisabete M. A. Pereira** buscam compreender as principais contribuições da formação universitária para a atuação como profissional-cidadão. A auto-percepção dos egressos entrevistados foi, em geral, bastante positiva. Consideram eles, por exemplo, que a formação na universidade foi adequada para as práticas profissionais, pautada na ética, com valores humanos requeridos para o exercício profissional e cidadão. **Thiago Henrique Almino Francisco, Marina Keiko Nakayama, Pedro Antônio de Melo, Márcio Alexandre Pitta e Fabiano Pires de Oliveira** apresentam uma “análise epistemológica da avaliação da educação superior no Brasil, promovendo uma reflexão que visa discutir o viés regulador, além de propor uma alteração no paradigma somativo para o emancipatório.”

Boa leitura desta 69ª edição de nossa revista *Avaliação*.

*José Dias Sobrinho*  
editor